

DIÁRIO DE CLASSE



Informativo do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba

219 | setembro 2015 | Gestão "Novos Rumos" | CME

XI Congresso definirá as ações para fortalecer as lutas do magistério e avançar na reorganização da classe trabalhadora

Confira as propostas da direção do Sindicato e eleja delegados na sua unidade até 29 de outubro pág. 6 e 7




10 e 11 de Novembro


No Hotel HARA
• Av. Iguaçu, 931 - REBOUÇAS •

COM A FORÇA DA NOSSA
UNIÃO, RESISTIR AOS
ATAQUES E AVANÇAR RUMO
A NOVAS CONQUISTAS

PEDAGOGAS

Segmento organiza luta por revisão de dimensionamento e tempo para planejamento nesse semestre  pág. 3

CARREIRA

Comissão começa a analisar pedido de recursos do enquadramento no novo Plano de Carreira  pág. 5

BAILE DO PROFESSOR

Após grandes lutas, magistério se reúne para comemorar no dia 17 de outubro  pág. 12

PEDAGOGAS

Pedagogas lutam por melhores condições de trabalho

Coletivo de Pedagogas volta a se reunir e aprova calendário de lutas

A cada ano que passa, a intensificação do trabalho das pedagogas da rede fica mais evidente. A vitória na ampliação da hora-atividade aumentou o número de professores nas unidades, o que fez crescer a demanda de acompanhamento de planejamentos e, por consequência, a carga de trabalho das pedagogas. Além disso, a burocratização dos relatórios, os projetos e reuniões solicitadas pela Secretaria Municipal de Educação só diminuem o pouco tempo que essas profissionais têm para fazer o que de fato é seu papel: articular o trabalho pedagógico da unidade.

Com todos esses problemas, o coletivo de pedagogas retomou suas reuniões e definiu as **pautas prioritárias do segmento** nos dois encontros que tiveram. Em meio ao debate, alguns pontos reuniram a maioria dos problemas que as trabalhadoras sofrem no dia-a-dia do trabalho, como a falta de tempo para o planejamento e estudo.

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DAS PEDAGOGAS:

- ▶ Revisão do dimensionamento de pedagogas;
- ▶ Revisão das atribuições da pedagoga;
- ▶ Garantia de tempo de planejamento e estudo.



● Pedagogas organizam a luta por melhores condições de trabalho nesse semestre

CALENDÁRIO DE LUTA

A partir dessa discussão, foi aprovado um calendário de lutas para sensibilizar a comunidade escolar sobre o importante trabalho da equipe pedagógica nas unidades educacionais e divulgar a luta dessas trabalhadoras por melhores condições de trabalho. O segmento também elaborou um Manifesto das Pedagogas, que será distribuído nas unidades e debatidos com os professores e demais trabalhadores da educação durante o semestre.

Em outubro, será a hora de dialogar com a comunidade. Como uma forma de reafirmar a identidade do pedagogo como parte do magistério, na semana do professor o segmento fará uma ação de panfletagem na entrada e saída das escolas e CMEIs. A mobilização também irá apresentar as peculiaridades do trabalho desenvolvido pela equipe pedagógica. É de extrema importância que todas as unidades se envol-

vam nessa atividade e nessa luta

Chega de serem responsabilizadas pela falta de profissionais nas unidades, tendo que assumir diversas atribuições que NÃO são as da sua função! É urgente a revisão do dimensionamento e a ampliação do número de pedagogas por unidade. Reivindica-se também o direito ao tempo de planejamento, a revisão e o respeito às atribuições da função.

Essa é a hora das pedagogas se organizarem por melhores condições de trabalho nas escolas e CMEIs! As reivindicações dessas profissionais refletem na qualidade da educação como um todo e traz benefícios a todos os trabalhadores da educação.

Envolve-se nessa importante luta você também! **A próxima reunião do Coletivo das Pedagogas será no dia 07 de outubro às 18h30 na sede do SISMMAC (Rua Nunes Machado, 1577).**

CONTRATAÇÕES

Prefeitura descumprе prazos e não tem previsão para abertura de concursos

Edital da seleção para inspetores e Docência I deveria ter sido lançado em agosto

No dia 2 de julho, em reunião com o SISMMAC para tratar a Pauta de Reivindicações, a administração municipal admitiu o atraso na abertura dos concursos e afirmou que o edital da seleção para Docência I e para inspetores seria publicado no mês de agosto. Deste modo, com o cumprimento das burocracias, seria possível garantir a nomeação desses professores logo no início do próximo ano e dos inspetores ainda para o

final de 2015. Porém, até a publicação desta edição nenhum destes concursos tinha sido lançado. Dessa forma, a Prefeitura descumprе outra vez a promessa firmada com o Sindicato e mostra novamente seu descaso com a educação.

Outro acordo descumprido pela administração municipal é a nomeação de 223 professores de Docência II, prometido desde o ano passado. Até agora, apenas 40 professores de Educação



● Prefeitura descumprе prazos de abertura de concurso prometidos em reunião de negociação com o SISMMAC

Física foram chamados e nenhum das áreas de Ciências, Português, História, Artes e Geografia. Com isso, ainda faltam serem chamados 183 professores para a Prefeitura finalmente cumprir o que prometeu! Essa situação, além de sobrecarregar os docentes, também prejudica diversos trabalhadores e trabalhadoras que, comprometidos, não encontram substitutos para gozarem de sua merecida licença prêmio.

Administração municipal nega direitos essenciais para professoras mães

Apesar de 95% da categoria ser composta por mulheres, Prefeitura dificulta algumas licenças para acompanhamento dos filhos

As professoras da rede municipal de Curitiba que também são mães têm encontrado dificuldade para exercer seu direito à maternidade e todas as atividades que dizem respeito à essa esfera da vida. A Secretaria Municipal de Recursos Humanos (SMRH) tem retirado direitos em relação às licenças para tratamento de saúde de dependentes. E também propôs outras medidas que dificultam ainda mais desempenhar o papel de mãe, que já não é nada fácil na sociedade capitalista.

Por isso, é importante resgatar um debate que já travamos em outras edições do Jornal Diário de Classe. Na sociedade em que vivemos, a sociedade capitalista, o cuidado com os filhos ainda é entendido como função prioritária das mulheres, ou seja, além de trabalhar fora, as mulheres assumem mais uma jornada: o cuidado com os filhos e o lar.

Nós, trabalhadores do município, precisamos nos organizar para combater as práticas da Prefeitura que retiram direitos das mães trabalhadoras, mas também precisamos lutar contra o machismo e contra essa sociedade que explora homens e mulheres da classe trabalhadora.



SISMMAC



● *Vamos à luta contra a retirada de direitos das mães trabalhadoras do município!*

Confira as práticas da Prefeitura que retiram direitos das mães trabalhadoras

Ausência durante a jornada de trabalho para acompanhar dependente menor em consultas eletivas e para tratamento de saúde

► A Instrução Normativa nº 03/2013, que regulamenta o direito do servidor de se ausentar do trabalho para tratamentos terapêuticos, não prevê expressamente o direito da servidora se ausentar para acompanhar filhos ou demais dependentes. Por conta disso, muitas direções de escola escolares têm negado esse direito.

Férias coletivas seguidas de licença gestação ou licença para tratamento de saúde prolongado

► Os profissionais do magistério gozam de férias coletivas em razão do artigo 13 da lei 8660/95. Entretanto, a SMRH tem deixado de conceder antecipação de férias às servidoras com vencimento de licença maternidade em dezembro ou janeiro, ainda que os servidores da educação tenham férias coletivas.

Redução de vencimentos na licença para tratar de dependente

► Por disposição legal, a licença por motivo de doença de um familiar,

de até dois anos, é acompanhada de redução de vencimentos nos seguintes termos: de 1/3 a partir dos seis meses, de 2/3 a partir de 12 meses e sem vencimentos a partir de 19 meses. Esta lei tem causado grande transtorno, pois a redução de vencimentos ocorre no momento em que os gastos com tratamento, internações e medicamentos são maiores.

Redução de jornada para acompanhar deficiente

► A redução de jornada se destina a levar, buscar e acompanhar, em grande maioria, filhos com deficiência grave. Até meados do ano passado, as profissionais do magistério que possuem dois padrões tinham licença nas duas matrículas. Entretanto, a lei 14.430/2014 retirou esse direito, permitindo-o em apenas um padrão. Isso trouxe grande prejuízo às servidoras e seus filhos que tiveram que interromper ou reduzir os tratamentos.

Além disso, a nova regra gera discriminação, pois garante uma dispensa menor aos servidores com dois padrões de 20h em relação aos trabalhadores com um padrão de 40h.



Temos que pressionar a Prefeitura a dar uma solução coletiva para esses problemas! Por isso, a direção do SISMMAC enviou um ofício para a administração exigindo uma negocia-

ção a respeito desses casos. Dependendo da resposta da gestão Fruet, iremos intensificar a mobilização da categoria e também tomaremos as medidas jurídicas cabíveis.

Atestado de até três dias não precisará mais ser levado na Perícia

Mudança representa uma grande vitória para os trabalhadores do município, já que tempo de espera deverá ser reduzido

Depois de idas e vindas, finalmente, a administração municipal publicou a Portaria nº 1620, que regulamenta a entrega de atestados médicos.

Agora, os atestados de até três dias não precisam passar pela Perícia Médica e devem ser entregues para a dire-

ção da escola.

Caso o servidor precise se ausentar para tratamento de saúde uma segunda vez no prazo inferior a 30 dias, este novo atestado precisará ser entregue na Perícia Médica e o trabalhador será avaliado por um médico perito.

Essa é uma grande vitória para os trabalhadores do município! A reivindicação é antiga e presente, inclusive, na Pauta de Reivindicações do magistério há vários anos. A modificação da Portaria foi fruto de mobilização e pressão dos servidores municipais!

CARREIRA

Recursos de enquadramento são analisados em setembro

Resultado das análises será divulgado até o dia 25 deste mês

A análise dos recursos de enquadramento já começou! A primeira reunião da comissão paritária aconteceu no dia 26 de agosto e o resultado dessa análise deve ser divulgado em edital até o dia 25 de setembro, de acordo com o decreto nº 387. Ao todo, a comissão, formada por representantes do magistério e membros da Secretaria Municipal de Recursos Humanos, recebeu 483 pedidos de recurso em relação ao enquadramento no novo Plano de Carreira.

Inicialmente, os recursos foram analisados pelo Departamen-



● Comissão que representa magistério tem se reunido semanalmente com a SMRH para avaliar pedidos de recurso

to de Desenvolvimento de Políticas de Pessoas (RHDP), que emitiu um parecer técnico para cada caso. Entretanto, cabe à comissão concordar ou discordar desse parecer e

reavaliar os pedidos de recurso.

Até o momento, apenas os casos mais simples foram analisados, como erros na grafia de nomes, dúvidas sobre a regra do estágio probató-

rio e questionamentos quanto a data de corte para efeitos de enquadramento. Porém, casos mais complexos que dizem respeito à trajetória na carreira, aos crescimentos horizontais possíveis e obtidos e aos profissionais do magistério com mais de 25 anos de tempo de serviço ainda virão à tona.

A direção do SISMAC tem empenhado esforços para garantir que os direitos das professoras e professores da rede sejam respeitados e para que os profissionais do magistério não amarguem perdas no processo de enquadramento.

CORTES

Prefeito mantém cortes na educação municipal

Administração municipal corta gastos na educação e tenta se promover às custas do magistério

Ao final de agosto, o magistério de Curitiba foi surpreendido com uma movimentação oportunista por parte da Prefeitura para se autopromover às custas da luta das professoras e professores da rede. A categoria foi convocada para participar de um encontro sobre valorização profissional, mas a atividade se transformou em palco para uma cerimônia de homenagem ao prefeito Gustavo Fruet. A secretária de Educação, Roberlayne Roballo, e Fruet fizeram falas e não abriram espaço para que os profissionais do magistério presentes pudessem se colocar.

Em sua fala, Fruet não comentou que em outubro do ano passado ele próprio instituiu, por meio do decreto municipal nº 1099/2014, o que a administração municipal nomeou de Programa de Melhoria da Receita e do Gasto Público com disposição de medidas de redução de despesas públicas. O que para nós, na prática, significou um grande corte de investimento em áreas essenciais: Educação e Saúde.

Na educação, o corte de gastos teve impactos imediatos. A administração provocou o fechamento e junção de turmas no meio do ano letivo, o que acarretou na superlotação das salas de aula e prejudicou o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. O corte também teve impactos no remanejamento das professoras que ficaram excedentes após a redução de turmas, interrompendo todo o trabalho desenvolvido até então. Os contratos dos professores temporários (RIT) foram suspensos e bloqueados. A administração municipal não cumpriu o compromisso firmado em mesa de negociação de abrir novos concursos públicos para Docência I e inspetores e também não convocou os profissionais Docência II aprovados no último concurso.

Além disso, a Prefeitura insiste em enviar à Câmara Municipal um projeto de lei que abre margem para banco de horas sem dialogar com o conjunto dos trabalhadores da cidade. Se

isso acontecer, o que será da nossa hora-atividade?

Diante de tudo isso, é possível perceber duas preocupações da gestão Fruet quando parcelou o pagamento de nosso Plano de Carreira. A primeira delas é econômica. Mesmo tendo orçamento suficiente para pagar o novo Plano à vista, a Prefeitura optou por não aumentar o investimento na Educação, tendo o pior índice dos últimos 10 anos (25,59%), e remanejou recursos dentro do orçamento da área para pagar o enquadramento. A segunda preocupação é política. Ao observar a data do pagamento das parcelas, fica evidente a manobra eleitoral para fazer propaganda a cada parcela paga aos professores e, assim, se promover às custas da luta do magistério pelo Plano de Carreira.

Não aceitaremos perdas e, assim como fizemos antes, vamos lutar contra os ataques aos direitos dos trabalhadores da educação!

XI CONGRESSO

Avançar em nossa organização para avançar em nossas lutas

Conheça as ações propostas pela direção do SISMMAC que serão debatidas e avaliadas pela categoria no Congresso

Estamos no meio dos preparativos para o XI Congresso do SISMMAC, que será realizado nos dias 10 e 11 de novembro. Nesse espaço, vamos debater como continuar avançando nos diversos níveis de nossa organização sindical. Conheça a análise da direção do Sindicato sobre as ações necessárias para que possamos avançar nas lutas que fazemos como trabalhadoras e trabalhadores da educação, ao mesmo tempo em que contribuimos como parte da classe trabalhadora.



● Venha debater e decidir as nossas estratégias de luta para o próximo período no XI Congresso



Analisar a realidade da educação e organizar a luta por melhores condições de trabalho

► Em Curitiba, o atual prefeito descumpriu sua palavra e só vai aumentar o investimento destinado à educação pública no último ano de mandato, quando deve concorrer à reeleição. Nos três primeiros anos de gestão Fruet, nossas vitórias, principalmente a conquista do Plano de Carreira e a ampliação da hora-atividade, foram conquistadas através de nossa organização e luta.

As condições de trabalho, entretanto, tendem a piorar.

O fechamento de turmas em diversas escolas é um sinal concreto dessa piora. As salas ficam lotadas e as professoras e professores são remanejados para outros locais para cobrir a falta de profissionais. **Esse déficit aumentará se a Prefeitura continuar atrasando o concurso público que tinha se comprometido a realizar ainda em 2014.**

A falta de inspetores e inspetoras também prejudicou e segue prejudicando diversas escolas. O número de alunos por turma sobrecarrega e intensifica o ritmo de trabalho do magistério, incluindo as pedagogas e pedagogos, e dos demais trabalhadores da educação.

Além disso, a violência dessa sociedade desigual e suas graves consequências estão cada vez mais presentes no cotidiano escolar.

A falta de planejamento da Prefeitura para cumprir a Meta 1 do Plano Nacional de Educação, regulamentado pela Lei nº 13.005/2014, também deve afetar nossas condições de trabalho. Essa meta prevê a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade. A administração tende a cumprir essa exigência aumentando nossa sobrecarga, além de transferir parte das turmas para as escolas. Se não nos mobilizarmos para resistir, o trabalho que hoje é realizado no CMEI por três profissionais será empurrado para a escola para ser realizado por somente um profissional do magistério.

No cenário nacional, temos o corte de verbas da educação por parte do governo federal. Nesse ano já são cerca de R\$12 bilhões a menos para esse direito social. Tudo isso agrava a situação da educação pública e exige uma maior organização para resistir a esses ataques e para avançar nas conquistas.

Mais do que profissionais do magistério, somos trabalhadoras e trabalhadores da educação

► O trabalho educacional não se faz somente com profissionais do magistério. Nos CMEIs, as professoras e professores de educação infantil - antigas educadoras - atuam e são a maioria nessa modalidade. Secretárias e secretários de escola, inspetoras e inspetores também contribuem na organização do processo educacional.

Se trabalhamos todos juntos no mesmo local de trabalho e na mesma área de atuação, por que não avançarmos na construção de um sindicato único das trabalhadoras e trabalhadores da educação?

Esse é um debate que faremos no Congresso. Em suas diferentes funções, todas e todos os profissionais da educação enfrentam a mesma difícil realidade. Mas estamos divididos, o que dificulta a organização de lutas que possam melhorar as condições de trabalho na educação pública.

A maioria dos sindicatos estaduais da educação de todo o país já se organizam como um sindicato único que abrange todas as trabalhadoras e trabalhadores da educação. A própria APP-Sindicato, aqui no Paraná, é um sindicato com essa configuração.

Contribuir na reorganização de nossa classe: a trabalhadora

► Na assembleia realizada após nosso último Congresso, o de 2012, a ampla maioria votou pela desfiliação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O SISMMAC então se desfiliou dessa Central que, apesar de ter iniciado sua história junto com as trabalhadoras e trabalhadores, há algum tempo atua contra nossa classe. Essa transformação ocorreu porque a CUT passou a colocar os interesses do partido e dos parlamentares que apoia à frente dos interesses da classe trabalhadora.

Saímos da CUT, mas não deixamos a luta da nossa classe. Pelo contrário, aprovamos no mesmo Congresso a necessidade de contribuir política e financeiramente com a reorganização das trabalhadoras e trabalhadores. O percentual de 6,2% de nosso orçamento, que antes era destinado à CUT, passou a ser usado para apoiar as mobilizações de diversas categorias. Com essa decisão, o SISMMAC não só se aproximou mais dessas lutas, como teve participação importante para que vários trabalhadores pelo estado e pelo país pudessem retomar seus sindicatos, derrotar direções pelegas e reconstruir suas lutas.

Neste Congresso, queremos iniciar o debate sobre outros passos importantes que devemos trilhar como categoria para

qualificar nossa participação no processo de reorganização da classe trabalhadora.

Como direção do SISMMAC, atuamos no movimento sindical de nossa categoria e nas lutas gerais de nossa classe, inclusive nacionalmente. Entre as organizações que se dispõem a construir as lutas dos trabalhadores por esse país, temos a convicção em dizer que a **Intersindical - Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora** busca desenvolver concretamente os princípios políticos que defendemos.

Através do desenvolvimento do trabalho de base, da autonomia frente aos partidos políticos, da independência frente a patrões e governos e da solidariedade ativa de classe, a Intersindical busca aproximar mais trabalhadoras e trabalhadores que concordem com esses princípios e que queiram contribuir no necessário processo de reorganização de nossa classe.

O maior exemplo dessa afirmação é o próprio trabalho sindical realizado no SISMMAC. Nos últimos quatro anos, professoras e professores da rede que são militantes organizados na Intersindical, junto com outros militantes independentes, atuaram desenvolvendo esses princípios em nosso Sindicato.

Propostas da direção do SISMMAC para o XI Congresso:

TRABALHO DE BASE

- Campanha de sindicalização constante para alcançarmos mais de 70% da categoria;
- Fortalecer as ações e organizações por local de trabalho. Produção de uma cartilha sobre as formas de organização e com exemplos de ações realizadas pela categoria e suas vitórias;
- Campanha constante de eleição e participação de representantes de escola. Avançar para que todas as unidades estejam representadas;
- Atualização do Manual do Professor: material impresso e virtual com direitos, deveres e perguntas mais frequentes da categoria;
- Construção de um programa de formação política do SISMMAC que tenha como tema central a educação pública e a realidade que a determina.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO SINDICAL

- Lutar para ampliar o número de liberações sindicais;
- Abrir a possibilidade de que a diretora ou diretor sindical que esteja na liberação e possua apenas um padrão (20h) possa dobrar essa jornada, com os custos pagos pelo SISMMAC;
- Efetuar o desconto sindical no décimo terceiro salário para aquisição da sede a partir do ano de 2016. Após a aquisição da sede, continuar fazendo esse desconto para o fundo de greve, fortalecendo nossa capacidade organizativa.

SINDICATO ÚNICO DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

- Efetuar debates periódicos sobre a proposta de avançarmos para um sindicato único de trabalhadoras e trabalhadores da educação;
- Fazer essa discussão com a direção do SISMUC e diretamente com as demais trabalhadoras e trabalhadores da educação;
- Convocar assembleia até o final de 2016 para aprovar a linha política de construção de um sindicato único dos profissionais da educação.

ANÁLISE DO MOVIMENTO SINDICAL: A LUTA DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

- Defendemos abrir a discussão com a categoria por, no mínimo, um ano, utilizando os espaços existentes e criando outros, para amadurecer a decisão com a categoria e definir a vinculação ou não do nosso sindicato à Intersindical.
- Continuar participando da Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNTE), fortalecendo o bloco de oposição à direção majoritária da entidade por entender que suas posições governistas levam ao rebaixamento de pautas históricas das trabalhadoras da educação. Reavaliar essa relação com a CNTE junto com a categoria no próximo período.

CONFIRA TODAS AS ANÁLISES E PROPOSTAS NO CADERNO DE TESES!

Todas as informações sobre as eleições dos delegados e do Congresso podem ser acessadas no nosso [hotsite: www.congresso2015.sismmac.org.br](http://www.congresso2015.sismmac.org.br)

CNTE



fotos: CNTE



● Pautas históricas em relação a remuneração mínima e hora-atividade sofrem recuos por parte da direção da CNTE

CNTE recua em pautas históricas e aprova meritocracia como critério para planos de carreira

Prioridade da direção da Confederação é defesa do governo federal em detrimento da organização dos trabalhadores da educação

A II Plenária Intercongressual, realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em Brasília, aprovou que a avaliação de desempenho seja um dos critérios para progressão nas diretrizes nacionais dos planos de carreira. O evento, que aconteceu no início de agosto, representa uma **grande derrota** para os trabalhadores da educação.

A Plenária tinha como objetivo elaborar dois projetos de lei: um sobre o Piso Salarial e outro sobre as Diretrizes Nacionais Para os Planos de Carreira dos Profissionais da Educação. As votações, entretanto, demonstraram que hoje a direção da CNTE rebaixa as

pautas históricas da categoria e serve como freio para desmobilizar as lutas da educação. Os dirigentes da Confederação defenderam a manutenção do texto da Lei do Piso, que propõe remuneração mínima para uma carga horária de até 40h. Recuaram também na defesa dos 50% de hora-atividade, sustentando o percentual atual da Lei, de 1/3 da jornada.

Além desses recuos, a proposta de elaborar esses dois projetos de lei secundariza a necessidade de mobilizar e organizar os profissionais da educação a nível nacional. A CNTE não propõe construir um amplo processo de mobilização nacional, a partir dos locais de trabalho, para pressionar o legis-

lativo a aprovar realmente esses projetos. Ficou claro que, para os dirigentes sindicais da entidade, a prioridade do momento deve ser a defesa irrestrita do governo federal (PT/PMDB).

PLENÁRIA NEGLIGENCIOU DEBATE SOBRE OS ATAQUES À EDUCAÇÃO

O encontro não priorizou a organização das trabalhadoras e trabalhadores da educação para o próximo período, desconsiderando o grave cenário de ataques e cortes de orçamento que a área vem sofrendo. Só em 2015, o Ministério da Educação já perdeu R\$ 12 bilhões.

Essa não é a primeira vez que a direção majoritária da CNTE negligencia a tarefa de organizar nacionalmente as trabalhadoras e trabalhadores da educação. No primeiro semestre deste ano, tivemos pelo menos nove redes estaduais em greve por todo o país. Mas a CNTE pouco fez para unificar e transformar essas greves em um grande movimento nacional.

DEFESA IRRESTRITA DO GOVERNO EMPERRA ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA

A direção do SISMMAC entende que é um erro da CNTE e das demais entidades sindicais vinculadas à Central Única dos Trabalhadores dar apoio irrestrito a um governo que vem propondo uma série de medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores, como a redução do orçamento destinado às áreas sociais e o Programa de Proteção ao Emprego que prevê a redução de 15% dos salários.

Diante desse cenário, nossa principal estratégia deve ser a união da classe trabalhadora, mantendo a independência frente aos patrões e governos. É preciso seguir na organização da nossa classe a partir dos locais de trabalho, rejeitando tanto as iniciativas que buscam defender o atual governo a qualquer custo, como as manobras daqueles que chamam o "fora Dilma" mas que estão junto com os patrões e defendem a retirada de direitos dos trabalhadores.

AValiação de desempenho

A principal polêmica na Plenária foi sobre a proposta da CNTE de incluir avaliação de desempenho como critério para progressão na carreira. A justificativa utilizada pela Confederação foi a de que muitos planos já possuem avaliações e que essa inclusão ajudaria a definir diretrizes gerais.

Entretanto, sabemos que esse recuo na verdade abre brecha para que os planos de carreira se baseiem na meritocracia e se transformem em mais um instrumento de controle para impedir a mobilização da categoria.

Por conhecer os prejuízos da meritocracia, as representantes do SISMMAC votaram contra essa avaliação, junto com representantes de outros sindicatos que se uniram no bloco de oposição à direção da CNTE. Houve muitas críticas à defesa feita pela direção da Confederação e a plenária ficou dividida no momento da votação. A decisão apertada foi questionada pelo bloco de oposição, mas não houve recontagem dos votos e a direção da CNTE alegou que a maioria optou por incluir a meritocracia como uma diretriz nacional para os planos de carreira.

COLETIVO DE APOSENTADOS



● Em comemoração ao aniversário do Coletivo, cerca de 50 aposentadas foram de trem até Morretes para confraternizar e recarregar as energias

Aniversário do Coletivo de Aposentados celebra sua organização e mobilização

Próximo projeto do Coletivo é o desenvolvimento dos planos de aula sobre o respeito à pessoa idosa

Criado em agosto de 2002, o Coletivo de Aposentados do SISMMAC completou 13 anos no último mês. No decorrer desses anos, o Coletivo se consolidou como um grupo organizado que luta por seus direitos e se envolve nas atividades do Sindicato e nos espaços específicos do segmento. Essa consolidação e continuidade se dá graças a dedicação de um grupo de professoras que, mesmo aposentadas, continuam engajadas com as atividades e reivindicações da categoria.

O segmento sempre se envolve nas mobilizações que são do interes-

se do conjunto do magistério e busca pautar suas discussões para as professoras e professores que ainda estão em sala de aula. Atualmente, por exemplo, o Coletivo de Aposentados está construindo planos de aulas para orientar os profissionais do magistério sobre como abordar o tema do respeito à pessoa idosa em sala de aula. Esse material deve ser disponibilizado para os professores e professoras da rede ainda durante esse semestre. Dessa forma, o segmento reforça mais uma vez o lema: "Aposentados sim, inativos nunca, educadores sempre!"

PLANO DE CARREIRA

IPMC deve receber lista de aposentados que sofreram distorções neste mês

Comissão que estudará regras para o enquadramento dos aposentados começa a se reunir em setembro

Em setembro, conforme a ata da reunião do dia 11 de junho, a Secretaria de Recursos Humanos vai enviar a listagem nominal de todos os aposentados que sofreram distorções no plano de 2001 para o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Curitiba (IPMC). Até dezembro deste ano, a administração municipal deve pagar as distorções para quem tem direito. Além disso, a comissão que estudará as regras para o enquadramento dos aposentados

conforme a lei nº 14.544/2014 começa a trabalhar neste mês.

O IPMC informou que, até o momento, 2,2 mil aposentados protocolaram o pedido de revisão dos proventos. A análise dessas solicitações, que deve começar em janeiro de 2016, será feita por ordem do número do protocolo. Ou seja, se você é aposentado e ainda não entregou seu pedido de revisão, faça o mais rápido possível. O modelo de requerimento está disponível no site do SISMMAC (www.sismmac.org.br).

QUEM TE VIU, QUEM TE VÊ

● O *Diário de Classe* possui a seção "Quem te viu, quem te vê", que conta a cada mês, a trajetória e história de vida de uma professora aposentada. A seção é um espaço para que essas trabalhadoras compartilhem suas experiências com o conjunto do magistério.

Uma professora com muitas funções

De recreacionista a diretora de escola, Marisa passou por diversas áreas na rede municipal

Mesmo aposentada das salas de aula há pouco mais de um ano, a professora Marisa Tchorney Guimarães continua bastante atarefada. Além de voluntária da Associação dos Moradores da Vila Agrícola, no Cajuru, ela é a pessoa que os moradores da região do Conjunto Mercúrio buscam para pedir ajuda ou mesmo só para conversar e se aconselhar.

Na rede desde 1989, Marisa conta que ser professora regente das séries iniciais foi a função que mais gostou de exercer em sala de aula. Ela lembra que nessa época os alunos a chamavam apenas pelo seu nome. "As crianças nunca me chamaram de professora, e isso me mostrava como as aulas eram uma troca."

Marisa exerceu diversas outras funções na rede municipal, como professora recreacionista e professora de Jovens e Adultos. Além disso, contribuiu com o livro "Lições Curitibanas" e ajudou a desenvolver material didático de Língua Portuguesa para o EJA e apostila para as 3ª e 4ª séries. Ela também foi diretora da Escola Municipal Irati e ajudou a implantar as três unidades de educação integral na escola.

A professora sempre participou das greves da categoria, inclusive quando estava na direção da escola. Ela conta que ficava no portão conversando com os pais dos alunos sobre a paralisação e orientando-os a retornarem com as crianças para casa.



Arquivo Pessoal

● Marisa lembra com carinho do tempo que era professora regente

● Se você é professor aposentado da rede municipal de Curitiba e ainda não participa do Coletivo de Aposentados do Sindicato, organize-se para acompanhar as reuniões que acontecem na última quinta-feira do mês, às 14h, na sede do SISMMAC! Esse é um espaço importante, que ajuda a manter a categoria unida e mobilizada mesmo após a sala de aula.

Errata

● Na última edição do Jornal Diário de Classe dissemos que a professora Edna Galdino havia contribuído com a rede municipal de ensino durante 15 anos, mas Edna foi professora entre 1976 e 1995, ou seja, foram mais de 19 anos à serviço da educação. A professora também coordenou cursos de pós-graduação e não centro de pós-graduação como afirmamos anteriormente.



GIRO PELA EDUCAÇÃO

Professores, servidores e estudantes das universidades federais lutam contra cortes na educação

Trabalhadores estão há mais de três meses em greve por valorização salarial e melhores condições de trabalho



Trabalhadores e estudantes fazem ato em Brasília para que negociação com governo avance

Com cortes no orçamento da educação, achatamento de salários e sobrecarga de trabalho, os servidores públicos federais da educação estão em luta por melhores condições de trabalho e contra o sucateamento das universidades federais. Os técnicos-administrativos e os professores das instituições federais estão em greve desde maio e até agora o governo não apresentou nenhuma proposta que seja condizente com as ne-

cessidades dos trabalhadores.

Uma das reivindicações dos servidores é o reajuste salarial de 27,3% em 2015, ao que o governo respondeu com uma contraproposta de reajuste de 21,3% dividida em quatro anos! Ou seja, além de propor um reajuste abaixo da inflação, já que só este ano temos mais de 10% de inflação, esse acordo também impede que os servidores públicos façam greves pelos próximos quatro anos.

NÃO É SÓ POR SALÁRIOS!

Além disso, o movimento grevista reivindica a reversão dos cortes do orçamento na educação, que só neste ano já somam 12 bilhões de reais. Essa redução de investimento afeta o funcionamento das universidades. Há instituições com dificuldades para pagar luz, água e materiais básicos, como papel sulfite. As bolsas e programas de assistência estudantil também foram afetados, como a falta de alimentos nos restaurantes universitários.

Com a redução dos recursos, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) informou **diminuição de 75%** das verbas repassadas ao Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap). Isso significa que viagens de professores para bancas de doutorado e mestrado, tradução de artigos e manutenção de equipamentos para pesquisas não serão mais pagos, afetando diretamente a qualidade e divulgação da pesquisa científica no Brasil.

Estes novos cortes impulsionaram os trabalhadores de instituições federais que ainda não tinham aderido à greve a paralisarem suas atividades. **Atualmente são 47 instituições federais de ensino (IFES) com professores em greve e 62 com técnico-administrativos paralisados.**

ESTUDANTES EM LUTA

Os estudantes também estão lutando pelos seus direitos! Ocupações de reitorias e greves de estudantes se espalham pelo país. Eles estão em movimento contra a redução de investimento na educação pública e pela garantia de assistência estudantil de qualidade. Além disso, buscam negociar com as reitorias as pautas específicas de cada local.

Principais reivindicações

PROFESSORES:

- ▶ Reestruturação da carreira
- ▶ Valorização salarial de ativos e aposentados
- ▶ Contratação de professores (condições de trabalho)
- ▶ Defesa da educação pública
- ▶ Autonomia universitária

TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

- ▶ Piso salarial de três salários mínimos
- ▶ Jornada de trabalho de 30 horas
- ▶ Retirada de pontos eletrônicos
- ▶ Aprimoramento da Carreira

Governo do RS aprova projeto que abre margem para privatização nas escolas estaduais

Proposta desresponsabiliza estado pela educação pública

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS) aprovou, em agosto, o projeto de lei que permite Parcerias Público-Privadas (PPPs) nas escolas estaduais. Essa lei acaba por desresponsabilizar o estado de investir na educação pública.

Além disso, as empresas poderão ex-

plorar as iniciativas nas unidades em suas próprias propagandas, ou seja, os empresários irão lucrar a partir das fragilidades das escolas estaduais. Com esta proposta, o governo Sartori (PMDB), ao invés de priorizar a educação e diminuir concessões e facilidades para o empresariado, prefere que as escolas sejam

privatizadas e que a lógica de mercado seja a regra nas salas de aula.

A proposta também pode aumentar a desigualdade entre as escolas. Ela abre margem para que as unidades recebam menos investimentos do governo com a desculpa que devem buscar os recursos que faltam com as empresas.

ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA

Nem 16, nem 20! A luta é todo dia com a Classe Trabalhadora!

A luta tem que ser por inteiro contra o capital e seus governos!

O mês de agosto foi marcado por atos a favor e contra o governo federal e do PT. Dia 16, um ato convocado tanto por organizações ditas apartidárias, como também por partidos da direita tradicional, como o PSDB, levou às ruas pessoas indignadas com o atual governo.

Em 20 de agosto, movimentos sociais ligados ao PT - como a Central Única dos Trabalhadores, a União Nacional de Estudantes e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - e entidades ligadas ao PSOL foram às ruas num ato em defesa da Democracia e da Liberdade, ou melhor, do governo. Nenhum desses atos parece defender de fato os interesses dos trabalhadores.



POR QUE NÃO 16?

Algum problema em se manifestar contra um governo que impõe ataques aos direitos dos trabalhadores e que está mergulhado na corrupção? Não. É legítimo que muitos trabalhadores, revoltados com a atual situação do país por causa dos problemas econômicos e da roubalheira política, tenham declarado sua indignação publicamente.

No entanto, é preciso olhar mais a fundo para esses atos. Em suas bandeiras e cartazes, não estava estampada a defesa dos direitos dos trabalhadores arrancados pelo governo Dilma e pelos patrões. Não havia sequer a denúncia dos projetos que querem terceirizar tudo para ampliar a exploração contra a classe trabalhadora. O conteúdo era um só: *fora Dilma! Impeachment já!*

Não é à toa. Vários grupos políticos que hoje são oposição ao governo federal e que se fizeram presentes nessas manifestações têm a história marcada pela defesa dos empresários, pela corrupção e por ataques aos direitos dos trabalhadores. Querem resolver os problemas da classe trabalhadora? Definitivamente não! Querem de volta a cadeira mais alta do governo que perderam, seja em forma de ditadura ou de democracia.

Esses grupos políticos já atacaram nossos interesses quando estavam no governo federal, como na Reforma da Previdência iniciada por FHC e terminada por Lula. Continuam nos atacando nos governos locais por onde passam, como Beto Richa (PSDB) aqui no Paraná, que agrediu nossos colegas professores e nos rouba na conta de luz.

Além disso, fazem também um movimento no parlamento contra os direitos das mulheres, negros, imigrantes, gays, e também dos adolescentes, com a proposta de redução da maioria penal. São os mesmos grupos políticos, muitos deles ligados às igrejas, articulando uma nova-velha composição política para a disputa do Planalto.



POR QUE NÃO 20?

As organizações que convocaram as manifestações do dia 20 têm como principal objetivo a defesa do governo Dilma. Quase todas estão envolvidas há décadas na promoção desse partido e têm como principal objetivo a sustentação do governo.

Para ocultar isso, direcionam suas manifestações contra o que acontece no Congresso Nacional, como se o governo petista nada tivesse a ver com isso. A luta contra as medidas do governo Dilma que atacam direitos está no fim da fila. E mais: nenhuma palavra contra o apoio da presidente às investidas dos patrões para reduzir salários, como o Programa de Proteção ao Emprego, ou contra os cortes na educação.

Assim como nos governos anteriores, o PT também garantiu condições para que o Capital pudesse se expandir no Brasil. Ao mesmo tempo, concedeu algumas migalhas para a parcela mais miserável de nossa classe, mas num montante muito menor do que o destinado aos banqueiros e às grandes empreiteiras, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).



MANTER-SE NA LUTA INDEPENDENTE DOS PATRÕES E GOVERNOS

Por tudo isso, não consideramos nem o dia 16 e nem o dia 20 como dias de luta da classe trabalhadora. Nós, juntos com a Intersindical - Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora, não estivemos presentes nos atos dos patrões, nem no de defesa do governo. Seguiremos firmes na luta contra os ataques aos direitos e salários promovidos pelo Capital e seu Estado. Enfrentando os patrões e também os mais diversos governos, sejam eles do PT, PSDB, PMDB, DEM, e seus auxiliares que jogam nas costas dos trabalhadores do Estado (nós, servidores) e da população trabalhadora a dívida que produziram para garantir as demandas do Capital.



CULTURA



5º Baile do Professor



Depois de intensas lutas, venha comemorar o Dia do Professor e fortalecer a união da nossa categoria!

17 de outubro,
a partir das **21h,**
no **Spazio Van**

- **Banda Lefigarroo** animará a noite com estilos que vão do samba ao rock



Local: Spazio Van, (BR 116 – Linha Verde, 15000 – Fanny) Espaço mais amplo, com serviço de bar e opção de estacionamento à parte

Entrada: Cada sindicalizado terá direito a dois convites, sem custos. Faça sua reserva pelo telefone 3225-6729 e retire seus ingressos na sede do SISMMAC

Realização:
 **SISM MAC**
 Gestão Novos Rumos (2014 - 2017)